Assembleia Municipal de Azambuja
APROVADO
Em reunião de 29/06/20
Com: unanimidade
votos a favor
votos contra
abstenção

**----------ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2019 ----------**

--- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas 20h40m, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja. ----------

**----------ORDEM DO DIA ----------**

Ponto 1 – Atividade Municipal

Ponto 2 - Grandes Opções do Plano (2020/2023) e Orçamento 2020 — 96/ P / 2019

Ponto 3 - Autorização Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais — 97/ P /2019

Ponto 4 – Taxas e Impostos

- 4.1 - Fixação de Taxa de IMI para o ano 2020 — 92/ P /2019
- 4.2 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) — 93/ P /2019
- 4.3 - Participação de 5% no I.R.S — 94/ P /2019
- 4.4 - Derrama — 95/ P /2019

Ponto 5 - Adendas aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de freguesia de:

- 5.1 - Vale do Paraíso. — 91/V-SL/2019
- 5.2 –Aveiras de Cima. — 93/V-SL/2019
- 5.3 –União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa — 94/V-SL/2019
- 5.4 – Azambuja — 95/V-SL/2019
- 5.5 – Alcoentre — 96/V-SL/2019
- 5.6 –Aveiras de Baixo — 97/V-SL/2019
- 5.7- Aveiras de Cima — 98/V-SL/2019
- 5.8 - Vale do Paraíso — 99/V-SL/2019
- 5.9 - União de Freguesias de Manique do Intendente Vila Nova de S. Pedro e Maçussa — 100/V-SL/2019
- 5.10 - Vila Nova da Rainha — 101/V-SL/2019
- 5.11 - Alcoentre — 102/V-SL/2019

Ponto 6 – Alteração das Adendas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Celebrados com as Juntas de Freguesia — 105/V-SL/2019

Ponto 7 - Projeto de Regulamento – Orçamento Participativo de Azambuja — 87/P/2019

Ponto 8 – Abertura de Procedimento Concursal e Designação de Júri para o Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau- Unidade Técnica de Ambiente e Serviços Urbanos — 82/P/2019

Ponto 9 - Informações:

- 9.1- Estatuto do Direito da Oposição
- 9.2- Relatório Nº 1389/2017 IGF

Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge Lopes , António José da Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Ana Paula Abreu Martins em substituição de Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres e Rogério Faria Jorge. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. ----------

**---------- ANTES DA ORDEM DO DIA----------**

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão , cumprimentou os demais intervenientes da mesma lembrou que tinham decorrido exatamente dois anos do início do mandato e tomada de posse,

pelo que a Sra. Deputada Inês Louro tinha trazido um pequeno lanche para o intervalo da reunião, e de acordo com o Regimento aprovado , deu a palavra ao Público. ----------

**--- INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS ----------**

--- Interveio o Sr. António Pires para indagar se a Assembleia Municipal teria conhecimento de algum problema com o sistema de esgotos da Empresa Avipronto, referiu o mau cheiro que lá se fazia notar e chamou a atenção para a iluminação pública da R. Dr. Jaime Abreu da Mota ser apagada muito cedo, ainda de noite . Relativamente ao Aterro da Quinta da Queijeira, lembrou que há uns anos viera à Assembleia Municipal a revogação da utilidade pública do mesmo, que impunha que a empresa efetuasse a recuperação paisagística do mesmo e até hoje nada fora feito, pelo que indagou aos elementos da Assembleia qual a sua posição ao constatar que as decisões tomadas não eram acatadas, e solicitou á Câmara que tivesse uma atitude quanto a isso. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara reiterou o que sempre houvera dito, que acerca do aterro não se pronunciaria enquanto o processo se encontrasse em tribunal, disse ter tomado nota do problema da iluminação, que faria chegar ao Vereador com o Pelouro e que a Câmara não tinha conhecimento de qualquer problema no sistema de saneamento da Avipronto. ----------

--- Interveio a Sra. D. Fernanda Freitas para solicitar a colocação de um corrimão nas escadas da Travessa da Paciência, e solicitou a intervenção da Câmara para ajudar no sentido de ser repasta a iluminação na referida travessa que há quatro meses se apresentava sem luz. Disse que já tinha contactado a EDP, a Junta de Freguesia e até a Câmara nesse sentido, mas que nada fora feito, considerou que dado o estado do piso, era um Perigo circular lá sem iluminação, até porque os residentes eram pessoas idosas. --------

--- O Sr. Presidente disse ter tomado nota, e iria ver com os serviços, como estava a petição da Senhora.

**--- APROVAÇÃO DEC ATAS. ----------**

--- A ata do dia 30 de abril de 2019 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- A ata do dia 27 de junho de 2019 foi aprovada por unanimidade, tendo a Sra. Deputada Ana Paula Catorze sugerido uma alteração a um parágrafo da mesma, que faria chegar aos serviços, e que seria considerado como adenda á mesma, com o que todos concordaram. ----------

--- A ata do dia 26 de setembro de 2019 foi provada por unanimidade. ----------

--- Voto de Saudação ao 25 de novembro.----------

---- Pelo CDS foi apresentado um voto de saudação ao 25 de Novembro. ----------

--- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro, que iniciou a sua intervenção parabenizando a Sra. 1ª secretária da mesa da Assembleia Municipal, Vera Brás pela sua eleição enquanto Deputada da Assembleia da República, considerando importante que em tal órgão existisse gente nova e em especial gente do concelho. Relativamente á moção apresentada, considerou que o CDS tinha todo o direito de a apresentar, assim como os restantes Deputados tinham o direito de a votar favoravelmente ou não, assim funcionava a democracia e salientou que fora graças ao 25 de abril, que era possível assim proceder.-----

--- posto á votação o documento foi reprovado com 8 votos contra (7 da CDU e 1 do BE), 12 abstenções do PS e 6 votos a favor (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

--- Não havendo mais intervenções do público, nem documentos a apresentar o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais. ----------

**--- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS. ----------**

--- Interveio o Senhor Deputado Manuel Couceiro, para chamar a atenção para o estado calamitoso que as estradas de paralelepípedos, atingem quando chove, formando verdadeiras piscinas, o que torna quase impossível a circulação rodoviária sem molhar os peões. Para finalizar, chamou a atenção ainda para o mau cheiro que se fazia sentir á entrada de Azambuja e na Avenida do Valverde. ----------

--- Interveio o Senhor Deputado Rogério Faria, já há uns tempos apresentara em reunião de Câmara o assunto da falta de iluminação na travessa da paciência, lhe fora dito que o assunto seria resolvido e que até agora tudo continuava na mesma, pelo que reforçou a solicitação da Sra. D. Fernanda Freitas. --------

--- Interveio o Senhor Deputado José Carlos Matos, que parabenizou também a Sra. Deputada da Assembleia da República e questionou o porquê da alteração da toponímia nos Casais de Baixo que na perpendicular entre a Rua e a Travessa Eng.º Sommer de Andrade causava alguma confusão com o número de polícia. Perguntou se a Câmara tinha algum conhecimento ou se já fora contactada acerca do Projeto Tejo e da construção de um açude em Azambuja, e para terminar perguntou em que situação estava o processo da monitorização da qualidade do ar no concelho . ----------

também ser uma mais valia ter uma voz do concelho na Assembleia da República. Realçou a admiração que lhe provocara e elogiou a inovação e qualidade da revista do Boletim Municipal, referindo ter ficado agradavelmente surpreendida com o dinamismo e a jovialidade espelhado nos técnicos que acompanham o projeto o ninho de empresas.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara reiterou a opinião formulada que em democracia as coisas funcionavam assim, que as pessoas eram livres de expressar a sua opinião quer fosse positiva ou negativa acerca de qualquer assunto, e informou que para a iniciativa "Azambuja Terra do Torricado" se tinham inscrito dezanove restaurantes do concelho. ----------

---- O Senhor Deputado António José Nobre *concordou com o Deputado António Jorge Lopes, dizendo que de facto em Azambuja não se comia bem, não sabia se isso seria obviamente uma questão imputável à Câmara de Azambuja, mas o que era certo é que ela podia ajudar mais criando ambiente para isso, considerou existir no Páteo de Valverde um local que até tinha umas excelentes instalações para essa mesma atividade e que continuava fechado, já se perdera o ellan e o apoio camarário que de muito má memória deixara alguns rastos, inclusive dívidas ao município que a Assembleia Municipal sabemos bem quanto é que elas são e que tinha alguma curiosidade em saber. Há outras coisas que Azambuja tem de bom.* Prosseguindo perguntou qual a fundamentação para a aquisição de dois imóveis à Inasi e qual o valor da aquisição. Em resposta o senhor presidente informou que o valor fora de quinhentos mil euros, tinham sido feitas três avaliações por empresas diferentes e o tribunal de contas aprovara a aquisição. Eram três grandes armazéns que estavam praticamente prontos a utilizar, não careciam de obras de vulto, dos quais um seria para fazer o Arquivo Municipal, um espaço onde se concentrasse todo o arquivo, que até agora estava a ser distribuído por diversos edifícios, um que se destinaria a fazer o Ninho de empresas e um terceiro que serviria de apoio às atividades náuticas quando o projeto da recuperação da vala do esteiro estivesse concluído. ----------

--- Na sequência do que o Sr. Presidente havia dito, o Sr. Deputado António Jorge Lopes perguntou quanto é que se estimava para o custo das obras de recuperação, ao que o Sr. Presidente respondeu que os edifícios não careciam de obras encontravam-se praticamente novos, seria apenas necessário adquirir mobiliário para as atividades a desenvolver.----------

---- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro que a propósito do Arquivo Municipal, recordou que a sua construção fazia parte de um plano apresentado pelo então Presidente Ramos, que incluía a construção da Praça de Toiros e a reabilitação do parque Urbano da Milhariça, das quais apenas a Praça de Toiros fora concluída. Referiu o seu agrado na iniciativa da transmissão em direto das reuniões de Câmara, esperando que a Assembleia Municipal pudesse vir a beneficiar do mesmo procedimento. Mostrou a sua satisfação pelo Orçamento Participativo estar a ser resolvido, e sugeriu que o Regulamento de Apoio ao Comércio deveria ser revista no sentido de abarcar áreas que se entendam mais necessitadas, sendo uma delas a restauração. Solicitou copia do relatório da análise às lamas do tejo e congratulou-se com a Formação do Conselho Municipal de Juventude. ----------

--- O Sr. Deputado António Torrão, reiterou a sua opinião acerca da expressão "Terras do Torricado, e não Terra do Torricado, lembrou que na iniciativa da GULA, a freguesia de Aveiras de Cima participara com sete restaurantes dos dezanove inscritos a nível do concelho e disse que Aveiras de cima também se debatia com o problema de excesso de pombos, que provocavam prejuízos. ----------

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro considerou não ser muito viável a colocação do Arquivo Municipal em leito de cheia, lembrando que o sítio onde os armazéns se encontravam implantados ficava numa zona que em certas alturas a cheia atingia, perguntou se o controle da poluição indicado na página seis do documento se referia à poluição da Ribeira do Valverde, da Ribeira do Campo da Feira ou ainda à provocada pela infestação de pombos na vila de Azambuja. Perguntou ponto de situação do pavilhão multiusos e onde se situavam os campos de padel referidos no documento. Para finalizar pediu ponto de situação do levantamento das necessidades das instalações das coletividades , quantas faltavam vistoriar e se já havia noção do valor envolvido. O Sr. Presidente respondeu que a invasão de pombos também preocupava o executivo, que já tinha tentado tomar medidas, como a compra de uma gaiola, mas que agora eram proibidas, aguardava a chegada em janeiro da nova veterinária Municipal para arranjarem uma solução viável para diminuir a praga. Explicou que a construção do Pavilhão multiusos advinha da necessidade de um espaço para determinados eventos, como por exemplo na Feira de Maio, o artesanato e a gastronomia, faziam com que fosse necessário anualmente proceder ao aluguer de pavilhões o que se mostrava dispendioso, articulado com o facto de não haver em Azambuja um espaço

--- Em resposta o Sr. Presidente da Câmara informou a Câmara estava a proceder aos procedimentos com vista à aquisição dos equipamentos para a monotorização, fora feita uma experiência de dois ou três meses com aparelhos fornecidos através da CIMLT e agora a intenção era a Câmara adquirir os seus próprios aparelhos para os poder distribuir pelas freguesias do concelho, relativamente ao Projeto Tejo disse que a Câmara tinha conhecimento, que se tratava de um estudo de um projeto de viabilidade ambiental de aproveitamento de hidroagrícola a estabelecer entre Azambuja , Cartaxo e a DRAPLVT através de um processo de candidatura no âmbito do Programa Nacional de Regadios . Estavam a decorrer reuniões entre os técnicos do Ministério da Agricultura e o Eng.º Pedro Melo , no sentido de aferir da sua viabilidade. Para finalizar disse que a toponímia era proposta pela Junta de Freguesia, que a mandava à Câmara depois de por si aprovada, mas que não tinha conhecimento da situação em si, a Câmara elaborava proposta, com base nas indicações da junta. ----------

--- Interveio o Senhor Deputado António Torrão, Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, que na sequencia do incêndio urbano havido no dia anterior na sua vila, e da questão levantada por um seu freguês, perguntou de quem era a responsabilidade de as bocas de incêndio estarem secas, da C.M.A, ou da AdAz, a que o Sr. Presidente respondeu ser da AdAz, que não era apenas em Aveiras de Cima que esta situação se verificava e que já falara no assunto ao novo COM e que fora solicitado o agendamento de uma reunião com a AdAz, para discutirem esse assunto. ----------

--- Interveio o Senhor Deputado Lúcio Costa parabenizando a Sra. Deputada Vera e Brás pela eleição e congratulando-se por haver uma voz ativa no Governo pertencente ao concelho de Azambuja. Continuando mostrou a sua satisfação pela edição do boletim Municipal, que considerou de grande qualidade e um instrumento válido para divulgar junto dos munícipes as ações executadas e a executar pelo executivo, assim como pela forma de divulgação feita ao Projeto "Azambuja terra de Torricado". ---

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes que em nome do PSD deu os parabéns à Sra. Deputada pela sua Eleição, considerou que a revista do boletim Municipal estava de facto estava de facto com um aspeto aprazível, mas não espelhava toda a atividade Municipal, considerando o último mapa de execução orçamental apresentado e o que tinha sido espelhado no Orçamento, constatava-se que a execução até 12 de novembro representava cerca de 57% do que se propusera, acrescentando que destes resultados, 50% referiam-se a despesas com o pessoal e os serviços, pelo que considerava que a atividade Municipal tinha sido reduzida em termos de melhoria de qualidade direta para as populações. Considerou ser de facto verdade existirem coisas feitas , mas que era necessário a frontalidade de admitir que de tudo o que estava previsto em Orçamento para este ano, à data 50% estava por ser feito, pelo que deveria existir um boletim que espelhasse o que ainda estava por fazer, para que os munícipes tivessem noção. Relativamente ao Torricado considerou ser um defensor deste tipo de iniciativas que disse ser muito interessante. Chamou a atenção de que o promover o Torricado só por si, não seria suficiente dada a falta de estabelecimentos de restauração onde ele pudesse ser apreciado. Referiu a não existência de um restaurante onde , sem ser na semana do Torricado, se pudesse comer a iguaria, para além de não haver, salvo uma ou duas exceções, um restaurante na vila de Azambuja onde se possa jantar. ----------

--- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o período o antes da Ordem do dia . -----

**----------ORDEM DO DIA ----------**

**--- PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTEDA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL ATIVIDADE MUNICIPAL ----------**

--- interveio o Sr. Deputado Carlos Piriquito, que a propósito da intervenção do Deputado Lopes, considerou que fora o PSD que impedira a proposta de Aveiras de Baixo de ser aprovada em Assembleia de Freguesia, no que era também uma iniciativa para promover o Torricado, considerando não estar bem elaborada pelo que teria de ser apresentada numa próxima reunião. Disse que a iniciativa "Azambuja Terra do Torricado" era uma iniciativa do concelho, e que havia no concelho locais onde este poderia ser degustado. Para finalizar disse que a solução encontrada para promover o torricado na sua freguesia fora incluí-lo na festa anual, com o que nem todos os seus colegas Presidentes de junta tinham concordado.

--- O Deputado Jorge Lopes referiu que o que tinha dito é que não havia oferta a nível de restauração para o torricado na vila de Azambuja e que praticamente nem restaurantes que servissem jantares. Para terminar considerou que era direito à luz da democracia que qualquer partido vote desfavoravelmente qualquer proposta que assim entendam. ----------

--- A Sra. Deputada Inês Louro à semelhança dos anteriores Deputados iniciou a sua intervenção parabenizando a Deputada Vera Brás, ainda que o já tivesse feito noutras circunstâncias e considerou

só para iniciar o processo, relativamente à habitação em si já tinham algum trabalho realizado, que a Sra. Vereadora iria especificaria, bem como a anterior questão apresentada. ----------

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor considerou que falar-se em Centro, Núcleo ou Polo de Formação Profissional era apenas uma questão de terminologia, que o que estava a ser trabalhado em parceria com o IEFP era um espaço de Formação Profissional em que a Escola Secundária de Azambuja desenvolveria os cursos a ministrar, sendo que estavam a decorrer as negociações com o Ministério da Educação, no sentido de ser criada uma Escola de Formação Profissional, e que se aguardava o agendamento com a nova Secretária de estado para discutir o assunto. Em termos de habitação informou que estava a ser elaborada a estratégia Local de habitação, que estaria concluída em abril, e que numa primeira fase previa a identificação de todos os elementos de todos os agregados ao nível de habitação, o levantamento tinha sido feito com algumas instituições do concelho, bombeiros, Cruz Vermelha e Juntas de freguesia, no sentido de identificar pessoas que estariam nestas condições, após o que os serviços de Ação social tinham feito visitas às pessoas indicadas para validar a informação chegada, fora remetida à empresa e seria feito um plano de adaptação desses agregados ao abrigo do programa 1º Dto. Para além disso ir-se-ia fazer um levantamento da necessidade de habitação para os próximos dez anos ao nível da habitação jovem. Para finalizar referiu estar a ser negociada com o Ministério da Justiça a possibilidade de a Câmara poder ficar com algumas casas das penitenciárias de Vale de Judeus e Alcoentre, no sentido de poder criar um programa de arrendamento para jovens que se queiram instalar e constituir família. Em complemento o Sr. Presidente referiu que as ARU dos PERUS eram também um incentivo à estratégia de habitação. ----------

--- Interveio a Sra. Deputada Inês Louro, considerando que o facto de o Orçamento apresentar um aumento de receita na ordem dos dois milhões de euros, relativamente ao ano anterior e oriundos da receita de IMT, era reflexo que o concelho de Azambuja era um concelho com atratividade para que as pessoas e empresas se quisessem fixar, conseguindo assim atrair investimento externo. Referiu agradar ao PS que a nível de política local este Orçamento privilegiasse a educação, o que era visível até nos investimentos previstos. Considerou estar-se perante um Orçamento ambicioso, com grandes projetos a realizar como a construção do pavilhão multiusos, a requalificação do Cinema em Aveiras de Cima, a construção de rotundas na N3, a requalificação de centro ambiental. A requalificação do centro de Azambuja e a construção da ciclovia entre outros, para além de terem sido comtempladas as sugestões e pretensões dos Senhores Presidentes de Junta. Do exposto o documento merecia a confiança do PS pelo que o votariam favoravelmente. ----------

--- O Sr. Deputado António Nobre disse não comungar da perspetiva do PS relativamente ao Orçamento, sendo o documento a sua orientação, contava também com ideias de outras forças políticas, CDU incluída, pois já há anos que propusera a aquisição de bens imobiliários. Referiu haver matérias que lhe suscitavam dúvidas, como por exemplo o valor significativo referido no quadro das despesas de capital reportado ao quadro plurianual, e comparando com o de despesas ambientais , fazia pensar tratar-se do concurso de resíduos sólidos, pelo que gostaria de ter alguma explicação acerca do mesmo, e qual o montante previsto para esse concurso. ----------

--- Em resposta o Sr. Presidente disse que o processo do concurso tinha acabado no dia anterior, tinha sido enviado aos vereadores para conhecimento e iria ser enviado ao Tribunal de Contas, solicitou ao eng.º Pedro Melo que referisse os valores ao que este disse que o preço base incluía os quatro anos do contrato mais quatro anos de renovação, o que não significava que tal tivesse de acontecer, e tinha um valor de 6.998.772.00 € acrescido de IVA, o que na prática significava um valor de cerca de 3.500.000.00€ pelos 4 anos de duração, sendo ainda, que este novo contrato incluía serviços que não estavam contemplados no contrato anterior. ----------

--- O Deputado Daniel Claro referiu que considerava a Assembleia Municipal o órgão de discussão política do concelho, por isso relativamente ao Orçamento não iria discutir verbas afetas a iniciativas, ou pôr em causa a decisão política de uma delas, o que iria fazer era acompanhar as iniciativas que iriam ser postas em prática ao longo do ano, e averiguar a estratégia com que eram executadas. Considerou ser um bom Orçamento, independentemente de a receita ter sido extraordinária ou não o que importava eram as verbas disponíveis e como delas se iria proveito. Disse que o BE estava de acordo com os montantes colocados, tinha era dúvidas relativamente `estratégia a seguir, lembrou que se continuava á espera da loja do Concelho e outros. Chamou a atenção para a cautela que se deveria ter na abordagem `escola profissional, considerando ser proveitosa a realização de uma reunião com todos onde fosse especificado

onde pudesse haver um espetáculo com um camião palco. Relativamente ao levantamento das necessidades das coletividades, disse que faltavam vistoriar seis, que não tinha para já estimativa de custos para reparações, mas pelo que fora apurado percebia-se que seriam necessários montantes avultados, que a Câmara não poderia cobrir na totalidade. ----------

--- O Senhor Deputado António José Nobre parabenizou a Sra. Deputada Vera Brás, conquanto deputada da Nação e chamou a atenção para o papel importante das decisões que em Assembleia da república eram tomadas, como a Discussão do Orçamento de Estado para o ano que vem que esperava que a Sra. Deputada da Nação não se esquecesse que efetivamente era um documento extraordinariamente importante, havendo muita gente que dependia dele, não que tivessem de receber qualquer coisa dele mas que dependiam dele fundamentalmente pela influência que tem na economia do País. Considerou que a soberania monetária em Portugal já fora alienada há muitos anos, e que nesse aspeto ainda era a Assembleia da República que tinha um papel fundamental a desempenhar. ----------

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos sugeriu que fosse dada formação aos funcionários do município em atendimento telefónico, pois ainda que atenciosos no decorrer de uma chamada, nunca se identificavam, não se sabendo assim com quem se estava a falar quando se se estabelecia uma ligação para a Câmara.

--- O Senhor Presidente da mesa, solicitou, a pedido da Sra. Vereadora Sílvia Vitor, que cada grupo parlamentar indicasse um elemento da Assembleia Municipal, preferencialmente entre os dezassete e os trinta e cinco anos. Para fazerem parte do conselho Municipal de Juventude, sendo que na falta de elementos nesta faixa etária poderia ser de acordo com a Lei de uma outra idade , e que fizessem chegar essa nomeação à Sra. Vereadora. ----------

--- O Deputado Daniel Claro considerou que a menos que fosse muito complicado na questão de alterar o registo da marca, que a expressão Terras do Torricado tinha até em termos de marketing, mais força que Terra do torricado, no que concordava com o Deputado torrão, e poder-se-ia alterar. ----------

---- Foi feito um intervalo de dez minutos. ----------

**--- Ponto 2 - Grandes Opções do Plano (2020/2023) e Orçamento 2020 ----------96/ P / 2019**

--- O Sr. Presidente da Câmara apresentou o documento evidenciando a estratégia seguida e as opções de investimento para o período em questão, fazendo, também, alusão ao bom desempenho do Município, tal como espelhado no Anuário Financeiro de 2018, e disse que os principais objetivos estratégicos para 2020 incidiriam nas áreas da Educação e Intervenção Social, do Ambiente e Saneamento, do Desenvolvimento Económico e Social e Emprego, a par da Consolidação e Sustentabilidade das Finanças Municipais. ----------

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes considerou que o bom desempenho do ponto de vista da execução da receita , se devia às receitas extraordinárias havidas, fruto do IMT, Derrama , etc. Considerou não ser verdade que a execução da receita fosse de 90.7%, de acordo com o resumo da execução orçamental de um de janeiro a 12 de novembro esta ficava muito aquém. Tal como referira e justificara anteriormente considerada a despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços, analisado o documento ficar-se-ia apenas com 25% para investimentos e obra. Considerou que mais importante que um Orçamento era a sua execução, e seria de avaliar daqui a um ano como os vinte e um milhões previstos tinham efetivamente sido aplicados. Informou que o grupo do PSD se absteria na votação do documento, considerando que o mesmo representava opções políticas de Gestão. Perguntou qual o entendimento da expressão "Centro de Formação Profissional " referida no documento. Pois considerou ser completamente diferente em termos de autonomia e ações a desenvolver da expressão núcleo de Ação profissional agregado ao Ministério da Educação referida no Mirante, sendo que nunca era referida a expressão Escola Profissional, o que teria muito mais interesse. Para finalizar e a propósito do contributo dado pelos Vereadores do PSD para a elaboração do Orçamento, a sugestão da realização de três estudos técnicos para a mobilidade, o diagnóstico dos movimentos pendulares no concelho e para fora deste, a questão da habitabilidade e o valor económico dos solos, perguntou em que medida o Sr. Presidente pensava desenvolver a realização destes estudos e a informação do resultado dos mesmos à Assembleia Municipal, quais os prazos de execução dos mesmos e se já ti9nha alguma estratégica política quer ao nível da mobilidade quer á construção de mais habitação no concelho e como pensava articular isto com o espectável aumento do valor económico dos solos, fruto do aumento da instalação de indústrias no concelho, o que fazia com que algumas indústrias já não se conseguissem instalar. ----------

--- O Sr. Presidente disse que não poderia já dar prazos, depois do documento aprovado é que iriam começar a trabalhar o assunto, teriam de ser contactadas várias empresas para apresentarem orçamentos

--- O Deputado José Carlos Matos, considerou que uma vez que a receita da Câmara tinha aumentado significativamente poder-se-ia reduzir um pouco o valor da taxa a cobrar em todos os impostos do ponto 4, dado o que isso significaria para os munícipes. Considerou haver almofada financeira para que a Câmara cobrasse os valores mínimos impostos por lei. Em resposta o Sr. Presidente disse que para que a Câmara tivesse em Orçamento obras de grande valor era necessário ter receita, que este ano não seria viável. ----------

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 92/P/2019, aprovada por maioria com 20 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU e 1 BE) e 6 abstenções (4 do PSD, 1 do CDS e 1 do PS). ----------

**--- 4.2 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) ---------- 93/ P /2019**

--- O Senhor Deputado Daniel claro reiterou a decisão de votar contra a proposta como o fazia há uns anos por considerar que o processo de cobrança e devolução das verbas que envolviam o processo era muito pouco esclarecedor. As empresas que cobravam esta taxa não demonstravam à Câmara se os valores devolvidos eram ou não os adequados. ----------

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 93/P/2019, aprovada por maioria com 25 votos a favor (14 do PS, 6 da CDU e 5 do PSD), 1 voto contra do BE e 1 abstenção do CDS. ----------

**--- 4.3 - PARTICIPAÇÃO DE 5% NO I.R.S ---------- 94/ P /2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 94/P/2019, aprovada por maioria com 25 votos a favor (14 do PS, 6 da CDU e 5 do PSD), e 2 abstenções do BE e do CDS. ----------

**--- 4.4 - DERRAMA ----------95/ P /2019**

--- O Deputado António Jorge Lopes informou que o PSD se absteria na votação desta proposta por entender que deveria haver lugar a redução na taxa, mantendo-se, no entanto, a isenção que por este tinha sido sugerida e aceite pelo PS há uma série de anos. ----------

--- O Deputado Daniel Claro disse que em 2010 o BE tinha apresentado a proposta de isenção em Assembleia Municipal, e que fora reprovada por unanimidade. ----------

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 95/P/2019, aprovada por maioria com 21 votos a favor ( 14 do PS, 6 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que por deliberação da Comissão Permanente as Propostas do Ponto 5 seriam discutidas na globalidade e votadas individualmente, dada a diferença de valores existente nelas. ----------

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos perguntou pelos relatórios enviados pelas juntas de freguesia acerca de anteriores contatos, que nunca tinham vindo à apreciação da Assembleia Municipal e alertou para o facto de no Contrato com a Junta de Freguesia de Vale do Paraíso estar escrito "Contrato" e não "Minuta" como em todas as outras. Acerca da Iluminação indagou porque é que o contrato de Azambuja, só previa a iluminação dos Casais dos Britos e dos Casais de Baixo, não havendo qualquer referência a Azambuja, ao que o Sr. Presidente da Câmara retorquiu que a iluminação Natalícia de Azambuja já estava praticamente instalada, não estava era ainda acesa, e que seria a Câmara Municipal a pagar a iluminação da Vila de Azambuja.----------

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes, considerou que as Juntas de Freguesia, tinham uma função de grande mérito junto dos munícipes dado o seu trabalho de continuidade, e que era ridículo que fosse apresentado em Assembleia Municipal a atribuição de verbas do montante referido nas propostas que para todas as freguesias tinham um valor global que não chegava aos dezassete mil euros, quando como já tinha referido valores bastante mais significativos não careciam dessa aprovação, dando como exemplo a compra da frota e o contrato para recolha de RSU. Disse que o PSD votaria a favor, sabendo que as juntas necessitavam de dinheiro, mas achou que não era viável o pagamento de cento e vinte euros em duodécimos o que para o caso de Vale do Paraíso representava uma verba de dez euros mês. O Senhor Presidente da Mesa informou que o Ponto seguinte seria o retificar dessa situação, ao que o Deputado disse saber disso, mas que tal proposta não ratificava a 91/V-SL/2019, o que não impedira de em Câmara o ponto 5 ter sido votado unanimemente. ----------

**PONTO 5 - ADENDAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE:---**

**--- 5.1 - VALE DO PARAÍSO. ----------91/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 91/V-SL/2019, aprovada por unanimidade. ----------

**--- 5.2 –AVEIRAS DE CIMA. ----------93/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 93/V-SL/2019, aprovada por unanimidade.----------

**--- 5.3 –UNIÃO DE FREGUESIAS DE MANIQUE DO INTENDENTE, VILA NOVA DE SÃO PEDRO E MAÇUSSA**

do que se trata afinal, considerando que um núcleo de Formação profissional é diferente de uma Escola de Formação Profissional e uma coisa não exclui a outra, podendo existir as duas coisas no mesmo espaço, o que na sua opinião seria o ideal. ----------

--- o Sr. Deputado Manuel Couceiro a propósito do estudo a desenvolver para a estratégia de habitação e a intenção de ser possível fixar novos casais, por exemplo em vale judeus, perguntou se o problema da acessibilidade estava contemplado nesse estudo, considerando que o local era isolado e sem transportes públicos que permitissem acesso ao trabalho e às escolas. O Sr. Presidente informou não haver nenhum estudo para a habitação em Vale judeus, o que havia eram conversações com a Sra. Ministra da Justiça e com os Srs. Diretor Geral e Sub- Diretor das penitenciárias, no sentido de ser possível a cedência de alguns apartamentos quer em Vale Judeus quer em Alcoentre. Informou ainda que a Ação social já se encontrava a elaborara ofícios para formalizar o pedido. Em termos de acessibilidade informou que a Câmara tinha posto a funcionar uma camioneta que diariamente fazia o percurso Vila Nova de S. Pedro/ Azambuja, de manhã percorrendo todas as freguesias do concelho e regresso ao final da tarde, no entanto partia-se do pressuposto que as famílias também teriam o seu próprio meio de transporte, o que estava em questão era o arrendamento e as suas regalias. ----------

--- O Sr. Deputado José Avelino Colaço, referiu que relativamente aos pedidos de contributos que o Sr. Presidente fazia, colaborava sempre e entregou ao Deputado do PS Lúcio Costa a relação da distribuição de saldos e a relação das obras sugeridas. Referiu que a verba total para a Biblioteca Pina Manique eram cinco euros e outros cinco na verba definida, o mesmo acontecendo à Casa João Moreira e à casa da Câmara.----------

--- O Sr. Presidente chamou a atenção da existência de diversas iniciativas contempladas no Orçamento para a união de freguesias, incluídas a pedido do Sr. Presidente da Junta, a Casa João Moreira não estando esquecida não constituía prioridade. ----------

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos considerou que o Orçamento espelhava um conjunto de opções que o PS politicamente fizera, que o facto de haver mais dinheiro, facilitara as suas escolhas, mas poderia ter sido distribuídas de forma diferente. Ainda que a educação tenha sido privilegiada, a Escola Secundária de Azambuja, que tanto necessita de obras tinha uma verba pouco significativa, e a propósito da mesma perguntou uma vez que o Orçamento também contemplava a aquisição de3 abrigos, se seria possível a colocação de um abrigo adequado na escola do lado da Fábrica da Cortiça, assim como a colocação de uma passadeira junto do mesmo. Considerou haver obras que se repetiam de Orçamento para Orçamento e nunca mais eram concluídas e sendo o documento a opção do PS e não da CDS este á semelhança do que vinha a fazer no apreciar de documentos desta natureza abster-se-ia. ----------

--- O Sr. Presidente da Câmara considerou ser significativo o investimento a realizar no que respeita ás obras da escola de vila nova da rainha, o pavilhão junto à EBA , e para compensar a retirada de amianto na escola secundária que o Governo Central já assumira, a Câmara iria aplicar a verba que estava disposta A investir nesse sentido, iria proceder à colocação de ar condicionado na escola de Manique após o que se seguiriam outras escolas, sendo que a escola secundária de Azambuja, não ser da responsabilidade da Câmara Municipal e sim do Governo central.----------

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 96/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS). ----------

---- Foi aprovado por maioria com 25 votos a favor e 2 votos contra um requerimento apresentado pelo Grupo do PS, para prolongamento dos trabalhos por mais uma hora. ----------

**PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ----------97/ P /201**

--- O Deputado António Jorge Lopes informou que o PSD votaria contra por ser seu entendimento que este tipo de iniciativas, ainda que resultantes da lei, retirava capacidade de fiscalização quer à Câmara quer à Assembleia Municipal, dando ao Sr. Presidente da Câmara um conjunto de poderes para contrair despesa de valor significativo , dando como exemplo a compra das viaturas e a aquisição de serviços de recolha de RSU que não vêm à apreciação da Assembleia Municipal. ----------

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 97/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 13 votos a favor do PS e 8 abstenções (6 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS), 5 do votos contra do PSD. -----

**--- PONTO 4 – TAXAS E IMPOSTOS ----------**

**--- 4.1 - FIXAÇÃO DE TAXA DE IMI PARA O ANO 2020 ---------- 92/ P /2019**

**----------94/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 94/V-SL/2019, aprovada por unanimidade.----------

**--- 5.4 – AZAMBUJA ---------- 95/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 95/V-SL/2019, aprovada por unanimidade.----------

**--- 5.5 – ALCOENTRE ---------- 96/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 96/V-SL/2019, aprovada por unanimidade.----------

**--- 5.6 –AVEIRAS DE BAIXO ---------- 97/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 97/V-SL/2019, aprovada por unanimidade.----------

**--- 5.7- AVEIRAS DE CIMA ----------98/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 98/V-SL/2019, aprovada por unanimidade. ----------

**--- 5.8 - VALE DO PARAÍSO ----------99/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 99/V-SL/2019, aprovada por unanimidade----------

**--- 5.9 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE MANIQUE DO INTENDENTE VILA NOVA DE S. PEDRO E MAÇUSSA ---------- 100/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 100/V-SL/2019, aprovada por unanimidade. ----------

**--- 5.10 - VILA NOVA DA RAINHA ----------101/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 101V-SL/2019, aprovada por unanimidade. ----------

**--- 5.11 - ALCOENTRE ----------102/V-SL/2019**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 102/V-SL/2019, aprovada por unanimidade----------

**PONTO 6 – ALTERAÇÃO DAS ADENDAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE -**
**--- COMPETÊNCIAS CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA ----------105/V-SL/2019**

--- Foi alterado o Primeiro considerando da Proposta 105/V-SL/2019, sendo retirada a expressão "102/V-SL/2019". ----------

---- Discutido o assunto foi a Proposta nº. 105/V-SL/2019, aprovada por unanimidade. ----------

--- Dado o adiantado da hora foi consenso que se discutisse a Proposta referida no ponto 8, dada a sua maior urgência, retirando para posterior e maior minuciosidade na apreciação, os pontos 8 e 9. ----------

**--- PONTO 7 - PROJETO DE REGULAMENTO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE AZAMBUJA 87/P/2019**

---- A proposta nº. 87/P/2019, foi retirada. ----------

**--- PONTO 8 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º GRAU UNIDADE TÉCNICA DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS ----------82/P/2019**

---- Discutido o assunto foi a Proposta nº. 82/P/2019, aprovada por maioria, com 26 votos a favor ( 14 do PS, 5 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS) e 1 abstenção da CDU. ----------

**--- Ponto 9 - Informações:----------**

**--- 9.1- Estatuto do Direito da Oposição ----------**

---- O documento foi retirado.----------

**--- 9.2- Relatório Nº 1389/2017 IGF ----------**

---- O documento foi retirado.----------

**--- ENCERRAMENTO:----------**

--- Eram 00 horas e 53 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. ---

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa.